

## NOTA DE ABERTURA

Este número III/1 do *International Journal of Philosophy and Social Values* vem a público como revista da Faculdade de Ciências Humanas da UCP e já não como revista do Centro de Estudos de Filosofia. Com efeito, uma reestruturação da investigação em Filosofia na UCP conduziu à integração dos investigadores daquele Centro, que deixa assim de existir, no Centro de Estudos Filosóficos Humanísticos da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais. Todavia, decidiu a FCH, uma vez que aqueles investigadores a ele permanecem vinculados na qualidade de docentes da Área Científica de Filosofia, dar continuidade à revista. Com efeito, ela integra-se no conjunto dos saberes que são cultivados na FCH e, com a perspectiva de abertura, já em Setembro de 2021, de uma nova licenciatura em «Filosofia, Política e Economia», a revista, tendo em conta os temas a que prioritariamente se dedica (expressos no seu título), será uma forma de consolidar esta nova formação no panorama universitário e científico português.

Não se trata, por estes motivos, de inaugurar uma nova série na vida da revista, mas sim de dar continuidade, num quadro institucional apenas ligeiramente diferente, ao seu projecto inicial. Neste sentido, cabe-me, enquanto Director, agradecer a todos o que apostaram na continuidade deste projecto e, em especial, aos que, nesta nova fase, me continuam a acompanhar: o Prof. Mendo Castro Henriques, Director-adjunto, e o Prof. Luís Lóia, membro do Conselho Editorial.

O presente número dedica o seu Dossier à reflexão sobre um tema de actualidade, que a presente crise pandémica e os seus efeitos – sanitários, económicos e geopolíticos – tornou por ventura mais actual ainda: o tema da globalização. Se o apresentamos sob a designação genérica de «Cosmopolitanism and Globalization» é porque o

fenómeno da globalização, tal como se vem concretizando nos últimos 30 anos, se mostra, contraditoriamente, como possibilidade de concretização de alguns ideais cosmopolitas, mas, também, como a sua realização perversa, em moldes imprevisíveis para quem estabeleceu aqueles ideais a partir da época do Iluminismo.

Assim, João Pinheiro contrapõe a tese dos que defendem a existência de uma estrutura básica global que assegura a distribuição dos bens à dos que, ao invés, argumentam que essa estrutura, ou as instituições que asseguram o seu funcionamento, é tudo menos global, pelo que tal distribuição está longe de se poder considerar igualitária. Defende o autor, no entanto, que certos bens são igualitariamente distribuídos a nível global – para lá das formas institucionais que asseguram a sua distribuição –, de forma que é possível encontrar o que designa por «relação fundacional» para uma globalização mais igualitária. O autor chega, assim, àquilo que designa por *princípio da inclusão cosmopolita*, que a muitos recordará, certamente, o princípio da liberdade de John Rawls: os cidadãos devem empenhar-se na defesa de uma ordem política que defenda a sua autonomia, podendo aceitar restrições à sua liberdade desde que elas emanem de regras aceites por todos, em ordem a garantir, de forma igualitária, o acesso aos bens.

Já Luís Lóia, no artigo seguinte, debate a tese da legitimidade dos estados nacionais e das soberania que lhe estão associadas, questionando a possibilidade de uma legitimação das estruturas de poder que ultrapasse as antigas fronteiras nacionais. Defende o autor – socorrendo-se do conceito de imaginário social (tanto na acepção de Castoriadis como de Charles Taylor) – que se, por um lado, a globalização conduziu a uma fragmentação desse imaginário, nas formas já conhecidas, por outro ainda não foi capaz de suscitar uma nova forma desse imaginário, capaz de responder aos apelos cosmopolitas da globalização e de legitimar o poder global.

Paulo Barros, aborda as relações entre globalização e comunicação, revisitando alguns autores clássicos, como Marshal McLuhan e outros que, embora mais recentes, podem já receber esse qualificativo, como, entre outros Michel Castells. O autor pergunta se existirá alguma relação directa e, eventualmente, de tipo causal, entre a globalização e a comunicação. Do seu ponto de vista, a globalização da comunicação é

apenas um dos aspectos do processo global de globalização. Trata-se de dois fenómenos que não é possível pensar separadamente, uma tarefa para a qual há ainda que encontrar os instrumentos conceptuais mais pertinentes.

É num outro horizonte problemático que se integra a reflexão de Juan-Rafael Macaranas. O autor constata o incremento do turismo de massas à escala planetária, possibilitado, mas também promovido, pelo processo de globalização. A viagem, argumenta o autor, não é apenas um processo de enriquecimento do conhecimento disponível acerca do mundo, mas também um processo de descoberta do verdadeiro Eu do sujeito em viagem. No seguimento das reflexões de Gabriel Marcel, Macaranas salienta a importância que adquirem, no contacto com o estranho, daqueles *Aha moments*, em que, perante o inesperado, o viajante reconhece a diferença do outro e, assim, também, enriquece a sua compreensão da humanidade.

Tal como as edições anteriores da revista, também este número inclui alguns artigos fora da temática do Dossier. No primeiro, Mendo Castro Henriques escreve sobre Karl Polanyi, o cientista social austríaco conhecido do público português sobretudo pela sua obra *A Grande Transformação*. No artigo, pretende o autor revelar como o conceito dialógico de individualidade, originado no diálogo filosófico de Polanyi com a doutrina social cristã, esclarece o significado dos conceitos de terra, trabalho e dinheiro desmercantilizados, já presentes em *A Grande Transformação*, e facilita uma leitura crítica dos cruzamentos atuais entre a economia, a ética, a sociedade e o estado. Defende Mendo Henriques que, de acordo com Polanyi, para uma sociedade industrial poder ser, ao mesmo tempo, justa e livre tem de respeitar a liberdade dos indivíduos, e estes, por seu lado, têm de perceber a responsabilidade de uns para com os outros. À economia compete minimizar os danos e maximizar os benefícios.

Samuel Dimas, num artigo em que retoma a leitura, proposta por Jacques Maritain, das relações entre cristianismo e democracia, reflecte sobre a distinção entre a libertação proposta pela religião e pela prática democrática, fundadas, respectivamente, na noção trans-histórica da transcendência de Deus e na noção de bem comum, e a libertação proposta pela ideologia política, assente na noção imanente de ordem justa

e na noção de bem do Estado. Defende o autor que, na proposta democrática da tradição cristã, é possível verificar a relação intrínseca entre o bem comum político e o fim último e espiritual dos membros da sociedade.

Como é habitual, o número encerra com um conjunto de resenhas de obras publicadas recentemente.

CARLOS MORUJÃO